



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Prefácio

Lucas Barbosa Pelissari

Como citar: PELISSARI, Lucas Barbosa. Prefácio. *In:* NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI:** políticas, críticas e perspectivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v. 3. p. 9-16. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-526-1.p9-16>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Este livro é o terceiro de uma trilogia resultante de ampla pesquisa sobre a educação profissional brasileira. Além da origem e do tema, no entanto, há outras especificidades comuns aos três livros merecedoras de destaque. A primeira delas é a busca por situar a políticas educacionais no âmbito das contrarreformas que têm marcado o Estado brasileiro desde o golpe de 2016. Como o leitor poderá perceber, o pano de fundo dos capítulos que integram a coletânea baseia-se nas agruras da política ultraconservadora e antipopular adotada pelos governos de turno do período 2016-2022. Política, aliás, tida como guia também por diversos governos estaduais, como bem evidencia o livro.

O segundo ponto comum aos volumes da trilogia diz respeito à maneira como é assumido o campo complexo que caracteriza a educação profissional brasileira. Há um realce, particularmente acentuado neste volume, à síntese “Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, que, imagino, não foi escolhido à toa. A luta por um projeto educacional centrado politicamente na noção de politecnicidade é o que fornece conteúdo e forma ao

conceito de EPT: educação, ideia mais abrangente que ensino; profissional, menos impositiva que profissionalizante; tecnológica, remetendo aos determinantes sociais e políticos da tecnologia, muito além de uma mera força produtiva – desde Marx, passando pelos pioneiros da educação soviética e por Gramsci, é legítimo o uso da expressão “educação tecnológica” para tratar da politécnica. Essa perspectiva está presente na reivindicação que Henrique Tahan Novaes, Domingos Leite Lima Filho e José Deribaldo Gomes dos Santos fazem da EPT, síntese dos embates históricos das décadas de 1980 e 1990 e dos primeiros anos dos 2000.

Por outro lado, ao confrontar os dois pontos que destaquei anteriormente, fica nítido como a própria ideia de EPT é, ao mesmo tempo, ponto de chegada das lutas de uma quadra histórica específica e ponto de partida dos novos desafios trazidos pela atual conjuntura. Essa dialética da EPT brasileira está bastante viva já nas características teórico-metodológicas gerais do projeto de pesquisa que originou o livro. O recorte do projeto buscou compreender as particularidades de uma política de formação profissional própria do capitalismo dependente, o que tornou ainda mais potentes os resultados, gerais e específicos, obtidos com as investigações. Os próprios convites feitos a pesquisadores externos, expressos em capítulos do livro, dão nitidez a essa característica.

Certamente, não é empreendimento simples, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e sob a correspondente correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais, compreender os projetos educativos em disputa. De que maneira se articulam neoliberalismo e neofascismo nessa conjuntura? Que traços da plataforma educacional bolsonarista permitem que ela se distinga da direita tradicional e até de outros fenômenos de extrema direita mundo afora? Quais as relações entre essas questões e as ideologias do empreendedorismo, do protagonismo juvenil e das competências socioemocionais? E de que maneira repercutem em projetos de EPT? A publicação que temos em mãos define uma chave fundamental para interpretar problemas dessa natureza: a caracterização do capitalismo dependente brasileiro. Tal iniciativa permite examinar fenômenos educacionais a partir de distintos olhares, como mostram os capítulos, ao abordar temáticas como política de ciência e tecnologia, precarização e

superexploração do trabalho, juventude, meio ambiente, dualidade estrutural da educação, direito à educação, entre outras.

Nesse sentido, a primeira parte do livro, de caráter mais geral, lança alguns desses temas e problemas. A partir dela, é possível perceber importantes inovações teórico-conceituais resultantes do projeto de pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento de uma teoria crítica marxista da educação profissional. O texto de Domingos Leite Lima Filho, intitulado *Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural* (Cap. 1), por exemplo, analisa a atual contrarreforma do ensino médio, suas repercussões na EPT e o aprofundamento da desigualdade proporcionado pelos itinerários formativos. A desescolarização que essa política representa, na verdade, é o guarda-chuva sob o qual se abrigam outros movimentos retrógrados do conjunto de contrarreformas posto em marcha pelos governos do período.

Vivemos em um país que inicia a terceira década dos anos 2000 com quase quarenta milhões de trabalhadores informais – algo próximo a 40% da População Economicamente Ativa – e com taxa de desemprego juvenil (18 a 24 anos de idade) de 25%.¹ Com efeito, são preocupantes os impactos da adoção de políticas neoliberais e suas consequências como a desindustrialização, a financeirização como forma hegemônica de acumulação de capital, a retirada de direitos sociais, a abertura comercial etc. Tal cenário aprofunda a dependência externa, inclusive e principalmente no que se refere à matriz científica e tecnológica nacional, e exige pensar soluções que incluam políticas gestadas pelo contraditório neodesenvolvimentismo da primeira década do milênio. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), por exemplo, são pensados criativamente como solução para os nós da questão universitária brasileira, no capítulo *Contribuições para uma política educacional, científica e tecnológica radical para os Institutos Federais* (Cap. 2), de Henrique Tahan Novaes e Julio Hideyshi Okumura.

Diante desse cenário, a defesa de Domingos Lima Filho em seu artigo é pertinente: de uma perspectiva democrática e popular, a resistência e a luta pela revogação das contrarreformas representam a tática mais

¹ Dados da Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>.

consequente para o momento. Já dispomos de elementos históricos suficientes que nos mostram o peso da desmobilização no processo do golpe que depôs Dilma Rousseff em 2016. O ajuste fiscal imposto pela fração burguesa diretamente associada ao capital internacional, a dissimulação da luta contra a corrupção pela alta classe média, o anti-nacionalismo desavergonhado de partes do judiciário na Operação Lava-Jato e, principalmente, a postura antidemocrática de diversos setores sociais, nada disso encontrou resistência de massas articulada pelo neodesenvolvimentismo. O resultado foi a derrota de uma estratégia centrada na diminuição da pobreza e em políticas sociais, sem mobilização dinâmica da classe trabalhadora.

Vimo-nos, a partir daí, diante de um novo ator político no cenário nacional: o neofascismo, amplo movimento reacionário de massas, que se alça ao governo federal e implementa um programa econômico neoliberal. A politização violenta do machismo, do racismo, da homofobia e do antiambientalismo, característica dessa política, penetra o campo da educação de maneira bastante eficaz. Coube a nós, intérpretes dessa realidade, recuperar caminhos analíticos possíveis e reafirmar a potência do materialismo histórico nessa empreitada. Aí reside o sentido, por exemplo, da análise dos novos contornos da dualidade da escola capitalista, oferecida por José Deribaldo Gomes dos Santos no capítulo intitulado *Dualidade e dicotomia educativa na escola classista* (Cap. 3), e das possibilidades do significado revolucionário da EPT, que orienta o texto *A educação profissional como direito e objeto de disputa nas relações sociais do mundo do trabalho*, de Lucília Regina de Souza Machado (Cap. 6).

Há, ainda, na primeira parte do livro, dois artigos de alcance teórico semelhante aos dos anteriores e que abordam temáticas menos discutidas nas pesquisas sobre a educação profissional. Justamente por isso, ganham relevo e contribuem para reflexões conceituais também inovadoras. Em *A educação profissional e a precarização do trabalho juvenil* (Cap. 4), de Ramon de Oliveira, observamos a função de reprodução ampliada do capital cumprida por recentes políticas de formação profissional, pautadas no programa neoliberal e na conformação do imperialismo. Já em *Buscar caminhos enquanto os ricos ainda envelhecem* (Cap. 5), de Alexandre Maia Bomfim, o autor aborda a necessidade de uma educação

ambiental crítica ao capitalismo no contexto dos estudos sobre as relações entre Trabalho e Educação.

À vista desse escopo geral, não é demais lembrar a síntese de Lenin ao afirmar o marxismo como ciência social: compreender a realidade a partir da análise concreta da situação concreta. Para modificá-la, não basta descrevê-la em seus aspectos gerais; é necessário penetrar os fenômenos sociais e desvendar a articulação entre estruturas e práticas que caracterizam determinada conjuntura. As análises da segunda parte do presente livro concretizam esse movimento.

O fio condutor é a expansão da educação profissional, examinada nas redes estaduais e federal e cobrindo quatro regiões do país. O leitor encontrará análises de políticas implementadas no Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pará, com enfoque de IFs em dois casos. De um lado, esse conjunto de textos nos permite reafirmar a hipótese que tem sido profundamente discutida em estudos recentes: a identidade de uma educação profissional comprometida com a formação e a organização dos trabalhadores, cujo núcleo político-pedagógico é a ideia de formação humana integral, vem sendo fragilizada, como consequência de uma redução da EPT a itinerário formativo. Com esse movimento, estaria em curso também uma contrarreforma da EPT, que a transforma em apêndice do ensino médio e aprofunda a segmentação social nessa etapa da educação básica.

Nessa perspectiva, Caroline Bahniuk, Caetana Juracy Rezende Silva e Maria da Conceição da Silva Freitas, em *Cenários e embates na relação da educação profissional com o ensino médio no Distrito Federal* (Cap. 7), mostram o conteúdo do Novo Ensino Médio em termos de uma pedagogia do capital. Ana Carolina Bordini Brabo Caridá e Domingos Leite Lima Filho, em *Reforma do ensino médio e da educação profissional nos Institutos Federais em Santa Catarina* (Cap. 8), constroem movimento semelhante, a partir de estudos de caso nos IFs Catarinense (IFC) e de Santa Catarina (IFSC) e evidenciando as ameaças à política de Ensino Médio Integrado nessas instituições.

Dois textos, por sua vez, escancaram uma dimensão fundamental da contrarreforma da EPT, que também é consequência do contexto reformador atual: a privatização. São os casos dos capítulos intitulados *A incidência de atores privados na implementação do programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo* (Cap. 9), de Jaqueline Ferreira de Almeida e Julio Cesar Torres, e *Novotec: privatização e terceirização do trabalho docente na rede estadual paulista* (Cap. 10), de Evaldo Piolli e Mauro Salla.

Corroborando conclusões de outros capítulos, o artigo de Erika Porceli Alaniz e Yara Lígia Bambil Darós Garcia, *A implantação do itinerário profissional na reforma do ensino médio no Mato Grosso do Sul* (Cap. 11), mostra a complexa articulação entre a ideia de escola em tempo integral e a noção de itinerário formativo da contrarreforma, na materialidade de uma política daquele estado. O tema da ideologia, tão caro ao materialismo histórico, é posto em destaque, nos ajudando a pensar também teoricamente a construção da hegemonia da classe dominante por meio das instituições que lhe servem de aparelhos.

Por outro lado, a segunda parte do livro nos traz possibilidades de arranjos curriculares pautados em experiências de organização político-social crítica ao modelo capitalista neoliberal. Tratando especialmente do contexto amazônico, os dois últimos capítulos do livro – *Formação profissional na Amazônia: entre prescrições, experiências de trabalho, integração e renormatizações* (Cap. 12), de Doriedson S. Rodrigues e Dilma Cardoso Pereira, e *Pedagogia da alternância no curso técnico em agroindústria do IFPA* (Cap. 13), de Andreia do Nascimento Lima – evidenciam as potencialidades da EPT para um projeto autônomo de desenvolvimento que consolida a identidade territorial, evitando que seja dissolvida em noções abstratas e chauvinistas de nação como, por exemplo, “Brasil acima de tudo”.

Concluo reafirmando a importância da teoria social marxista nos estudos sobre a EPT brasileira, em particular, e para o campo de estudos em Trabalho e Educação, de modo geral. A história nos ensinou que o enfrentamento às ideias de extrema direita requer análise rigorosa das formações sociais e das conjunturas específicas, além de boas doses de dialética e pensamento crítico. Para isso, não há cartilha, mas sim experiências construídas pelos próprios explorados e sistematização científica. Esta obra, que

tive o prazer de prefaciar, certamente contribui para esses intentos e para o avanço da pesquisa comprometida com as lutas dos povos.

Lucas Barbosa Pelissari
Professor da Faculdade de Educação da Unicamp
Campinas, Abril de 2024.

